

RELATÓRIO E CONTAS 2007

Pensões gere

Millenniumbcp Fortis
GRUPO SEGUADOR

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'A', 'ds', and 'p.d'.

ÍNDICE

1. ORGÃOS SOCIAIS	3
2. AUDITORES	3
3. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	4
4. SÍNTESE DOS INDICADORES DE GESTÃO	4
5. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2007	6
6. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
6.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	7
6.2. EVOLUÇÃO DO MERCADO	11
6.3. ACTIVIDADE DA PENSÕESGERE	14
6.3.1. LINHAS GERAIS DE EVOLUÇÃO	14
6.3.2. GESTÃO DE PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA EMPRESAS	16
6.3.3. PLANOS DE POUPANÇA REFORMA	19
6.4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA	20
6.5. PERSPECTIVAS PARA 2008	21
6.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	22
6.7. REFERÊNCIAS	23
7. BALANÇO E CONTAS	24

1. ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
Vice-Presidente	Maria Manuela Machado Costa Farelo Athaíde Marques
Secretário	João José Carvalho Pereira Pascoal

Conselho de Administração

Presidente	Petrus Bernardus Gerardus van Harten
Vice-Presidente	Nelson Ricardo Bessa Machado
Membro	Stefan Georges Leon Braekeveldt
Membro	Joseph Peter Maria Baeten
Membro	Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino
Membro	Michel Edmond Joseph Ghislain Baise
Membro	Pedro Manuel Renda Duarte Turras
Membro	Jan Adriaan de Pooter

Fiscal Único

Fiscal Único Efectivo	KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representado por:	Ana Cristina Soares Valente Dourado
Fiscal Único Suplente	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

Conselho de Auditoria

Presidente	Nelson Ricardo Bessa Machado
Membro	Petrus Bernardus Gerardus van Harten
Membro	Stefan Georges Leon Braekeveldt

2. AUDITOR EXTERNO

KPMG

Handwritten signatures and a stamp in blue ink, including a large '3' and various initials.

3. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

A Pensões gere, no âmbito da sua actividade de gestão de benefícios sociais, tem por missão estudar, analisar e propor às Empresas soluções flexíveis e com valor acrescentado de forma a contribuir para melhorar a protecção e a fidelização dos seus Colaboradores.

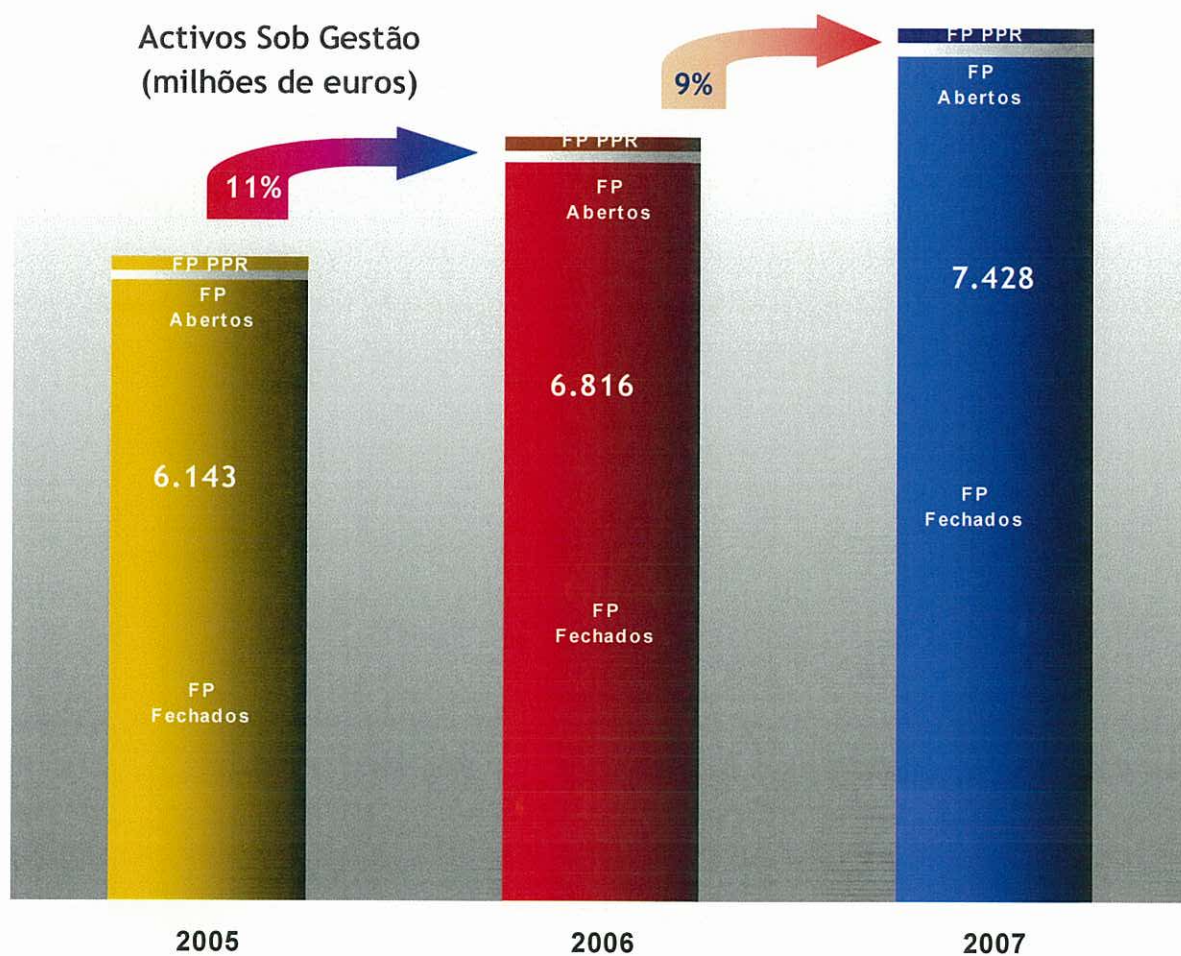
A consolidação e o reforço da posição de liderança no mercado de fundos de pensões serão objectivos que continuaremos a prosseguir enfatizando particular atenção na oportunidade e qualidade dos nossos serviços.

A Pensões gere dedica redobrada atenção à evolução do mercado com a finalidade de melhor adequar às necessidades a proposta de valor a oferecer aos seus Clientes.

4. SÍNTESE DOS INDICADORES DE GESTÃO

Fundos de Pensões	2005	2006	2007
Valor dos Activos sob Gestão (milhões de euro)	6.143,11	6.815,82	7.428,06
Fundos de Pensões Fechados (milhões de euro)	6.007,68	6.673,48	7.274,88
Fundos de Pensões Abertos (milhões de euro)	57,92	67,46	85,70
Fundos PPR (milhões de euro)	77,51	74,89	67,47
Taxas de Rendibilidade dos Fundos Pensões			
Fechados	9,63%	10,91%	0,00%
Aberto Horizonte Valorização	9,28%	3,73%	0,72%
Aberto Horizonte Valorização Mais	12,77%	5,16%	0,41%
Aberto Reforma Horizonte Segurança	3,54%	1,48%	1,03%
Aberto Turismo Pensões	9,56%	3,93%	1,09%
PPR Praemium V	10,53%	3,59%	-0,40%
PPR Praemium S	2,33%	1,75%	0,36%
Vanguarda PPR	6,86%	2,14%	-0,54%
PPR Europa	8,62%	2,97%	-0,35%
PPR BNU/Vanguarda	6,86%	1,91%	-0,11%
Taxa de Inflação Média (*)	2,3%	3,1%	2,5%

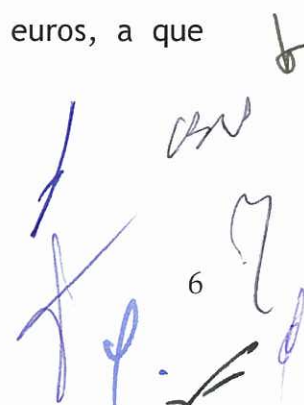
(*) Fonte: INE



Sociedade Gestora	2005	2006	2007
Prestação de Serviços (milhares de euro)	12.779,81	13.093,45	12.969,30
Resultados Líquidos (milhares de euro)	4.850,09	5.732,40	5.841,92
Capitais Próprios (milhares de euro)	11.266,27	14.098,68	14.990,60

5. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2007

- Reforço da posição de liderança com uma quota de mercado que passou de 32,2 para 33,3%;
- Crescimento de 9% dos total de activos sob gestão, para 7.428,06 milhões de euros, que compara com um crescimento de 5,4% no mercado global;
- Consolidação da carteira de Clientes de fundos de pensões fechados com a passagem de um fundo de co-gestão líder para gestor único e a perda de dois fundos de menor dimensão;
- Ampliação do universo de Clientes em fundos de pensões abertos com 6 novas adesões colectivas e um crescimento de 27% dos activos sob gestão, que compara com um crescimento de 11% no conjunto deste mercado;
- Manutenção da oferta de fundos de pensões abertos com três perfis de risco;
- Desenvolvimento do site da Pensões gere como instrumento de comunicação com os seus clientes, tendo passado a ser dado acesso reservado aos participantes dos fundos de pensões,
- Realização de um conjunto de iniciativas nas áreas de gestão de risco operacional e de controlo interno, que permitiram reforçar a solidez e capacidade de gestão da Pensões gere, e
- Obtenção de um Resultado Líquido de 5.841,9 milhares de euros, a que corresponde a um ROE médio de 40,2%.

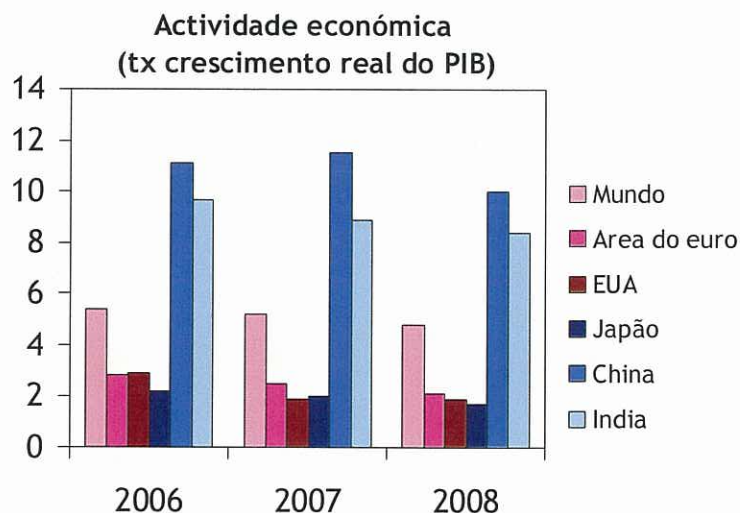


6. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento económico e financeiro

Após vários anos de um enquadramento muito favorável, caracterizado por taxas de crescimento real do PIB mundial consistentemente robustas, pelo desenvolvimento extraordinário dos mercados e instrumentos financeiros, em particular do mercado de crédito, pelo aprofundamento da integração dos mercados mundiais, começaram a surgir indícios de alteração deste contexto durante o 1º semestre de 2007. O processo de reavaliação do risco que teve lugar a partir do Verão de 2007 tem vindo a condicionar o comportamento dos mercados financeiros globais e a elevar o grau de incerteza relativo à evolução da actividade económica em 2008. O receio de que o agravamento das condições financeiras contribua, numa segunda fase, para cristalizar este clima negativo motivou a adopção de medidas de natureza



extraordinária por parte de alguns governos e dos Bancos Centrais das economias desenvolvidas, com o intuito de descontinuar o ciclo vicioso de aversão ao risco e promover o regular funcionamento dos mercados de capitais. Não obstante a

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' and 'P.' and a date '7/10'.

reduzida exposição directa da economia portuguesa a estes desenvolvimentos, o elevado grau de integração e de abertura económica e financeira constitui um factor de exigência adicional para a consolidação dos progressos conseguidos em termos de redução do défice público, de recuperação da competitividade e de convergência no âmbito da União Europeia.

Num contexto de recrudescimento das tensões inflacionistas - por pressão da procura e rigidez da oferta de matérias primas, com destaque para os bens alimentares e para a energia -, e perante o dilema de condescender com a complacência dos investidores ou incorrer no risco de precipitar a economia mundial num ciclo recessivo, as autoridades monetárias das economias desenvolvidas adoptaram uma postura pragmática, com o propósito de mitigar a deterioração das condições de liquidez, através da redução das taxas directoras (como no caso dos EUA e do Reino Unido), da flexibilização dos requisitos para a obtenção de fundos e na cedência de montantes invulgarmente elevados nas operações de mercado aberto.

Nos EUA, o Governo Federal promoveu um plano de actuação sobre o mercado de crédito à habitação visando reduzir o risco de um aumento substancial das insolvências ao longo de 2008; a Reserva Federal submeteu a consulta uma proposta de regulação da concessão de crédito destinado à habitação; e, ao nível da indústria tiveram lugar iniciativas com o propósito de conter os efeitos decorrentes da acentuada desvalorização de activos financeiros estruturados de crédito, nomeadamente no sentido de limitar uma potencial alienação forçada destes activos por parte de investidores institucionais.

Nos próximos meses, o sucesso destas medidas será determinante para o retomar o clima de maior confiança entre os investidores e para o desbloquear das anomalias que se verificam no mercado de capitais. Todavia, não deverá evitar o abrandamento da actividade económica mundial que se perspectiva. De facto, tem-se assistido a uma revisão, em baixa, das projecções de crescimento económico, de

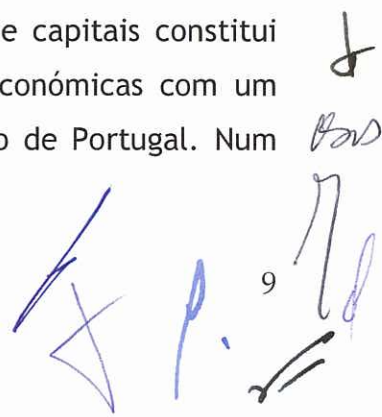
maior magnitude para 2008 e para os EUA, onde o risco para o desempenho do sector imobiliário e a respectiva influência nas decisões de consumo privado se afigura mais elevado. O nosso cenário privilegia um crescimento económico nos EUA e na UEM semelhante, em cerca de 2%, mas qualitativamente diferente, dado que enquanto para a Área do Euro representa um andamento em linha com o nível de crescimento potencial da economia, no caso dos EUA, o crescimento é inferior ao seu nível de crescimento potencial. Para a economia mundial, os efeitos poderão resultar mais brandos, beneficiando com o bom desempenho das economias em fase de desenvolvimento.

Implicações para as economias domésticas

Portugal

O ano de 2007 revelou-se favorável para economia portuguesa em vários domínios: trajectória desinflationista, redução do peso de défice público e crescimento real do PIB. Os dados disponíveis para o terceiro e quarto trimestres - crescimento real do PIB de 1,8% no terceiro trimestre e a estabilidade nos índices coincidentes de actividade em Outubro e Novembro - são compatíveis com um crescimento médio anual próximo de 2%. Também de assinalar, em 2007, o maior contributo da procura interna para o crescimento do PIB, em particular através do investimento empresarial. O consumo privado mantém um crescimento muito brando, decorrente da estagnação do emprego e das restrições aos orçamentos familiares, nomeadamente para cumprimento do serviço da dívida. A melhoria da competitividade tem vindo a reflectir-se numa recuperação de quotas de mercado, mas o andamento mais moderado da actividade nos principais países de destino das exportações portuguesas deverá reflectir-se num abrandamento da procura externa.

A degradação nas condições de funcionamento dos mercados de capitais constitui um constrangimento importante, em particular para regiões económicas com um grau de abertura comercial e financeiro elevado como é o caso de Portugal. Num

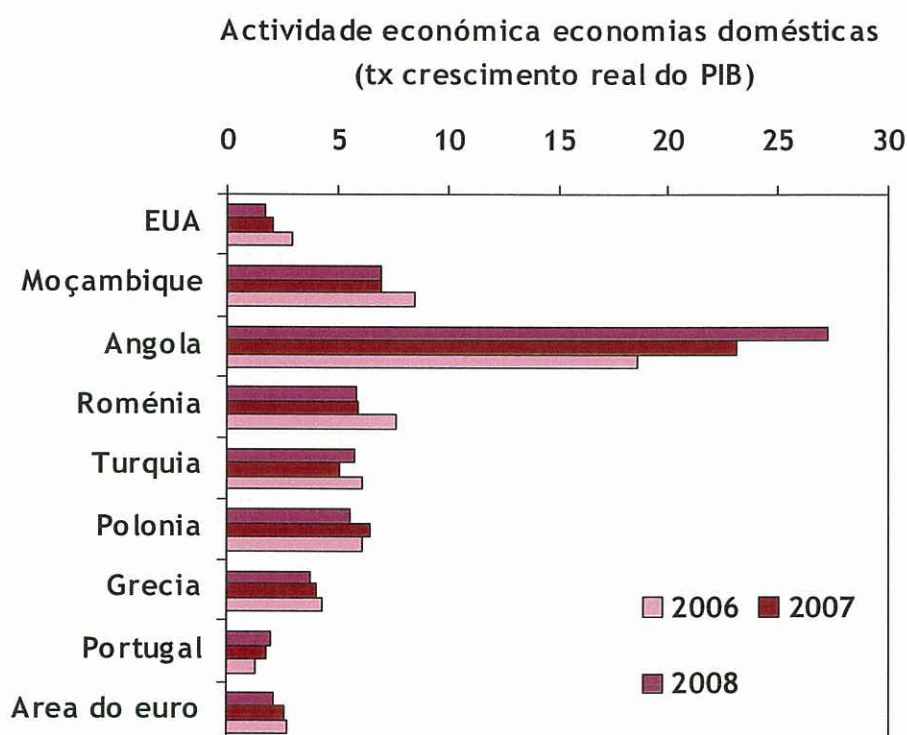


cenário de abrandamento mais pronunciado do crescimento mundial, a evolução das exportações poder-se-á revelar-se menos dinâmica do que o previsto e as condições de concessão de crédito poder-se-ão tornar mais restritivas, onerando o esforço de investimento actualmente em curso. O aumento do risco de crédito, que justifica o alargamento do diferencial entre as taxas de juro como a Euribor e a taxa de juro do BCE configura o equivalente a um aperto das condições monetárias na ordem de 50-75 p.b, e que é mais relevante para países onde a prática comum são os empréstimos a taxa de juro variável, como é o caso de Portugal. Este fenómeno, em conjunto com a valorização da moeda europeia -um subproduto da evolução relativa dos diferenciais de taxas de juro entre os EUA e a UEM- e do preço do petróleo, sugere que as condições monetárias enfrentadas pela economia portuguesa permanecem moderadamente adversas ao crescimento.

Existem também factores atenuantes e até poderão ocorrer surpresas positivas, destacando-se: (i) o facto do mercado imobiliário português ao longo dos últimos anos não ter evoluído em sintonia com os demais mercados europeus, em que se registaram expressivas valorizações do preço das casas, estando por esta via menos exposto a um ajustamento mais pronunciado; (ii) o grau de exposição do sistema bancário nacional às estruturas financeiras complexas relacionadas com a "crise do *subprime*" deverá ser pouco significativo; (iii) a expectativa de retoma de condições mais normais de funcionamento dos mercados à medida que se desenrole o próximo ano, decorrente do impacto desfasado das medidas que têm vindo a ser tomadas pelas autoridades e da divulgação das contas anuais das instituições financeiras, que deverá contribuir para reduzir os problemas de assimetria de informação e permitir a correcta diferenciação do risco entre as contrapartes; (iv) a resiliência das economias emergentes e a respectiva capacidade de suportar uma acentuada expansão do comércio internacional e, dada a acumulação de poupança nos últimos anos, de se constituírem como uma reserva financeira para a recapitalização de balanços (tal como evidenciado pela recente participação de investidores asiáticos e do médio oriente em capital de importantes instituições financeiras europeias e norte-americanas); (v) a expressiva melhoria dos mercados de emprego na Área do

Euro (taxa de desemprego mais baixa dos últimos 15 anos), passível de sustentar uma retracção mais pronunciada do consumo.

Para o 2008 o nosso cenário consiste num crescimento real do PIB em Portugal semelhante ao registado em 2007, isto é na ordem dos 2%, reconhecendo que, de momento, os riscos para uma realização inferior ao esperado suplantam os factores positivos.



6.2. EVOLUÇÃO DO MERCADO

Evolução do Mercado

O ano de 2007 ficou marcado pela publicação de um conjunto muito significativo de legislação e regulamentação com relevância directa ou indirecta na actividade de gestão de fundos de pensões, que no seu conjunto oferecem mais solidez, governabilidade e confiança para os vários intervenientes neste mercado.

Após a publicação do Decreto-Lei 12/2006, que constituiu um marco importante para a actividade de gestão de fundos de pensões, registaram-se, em 2007, algumas alterações, de que destacamos (i) a nomeação dos representantes dos participantes e beneficiários, nos planos de pensões que resultem de negociação colectiva, passa a ficar a cargo dos sindicatos subscritores (ii) a informação sobre o plano de pensões e o fundo de pensões, que devia ser fornecida pela entidade gestora a pedido dos Participantes, passa a ter que ser enviada anualmente a todos os Participantes.

No âmbito da supervisão realizaram-se também várias iniciativas relativas à "better regulation" do sector financeiro concretizadas pelo CNSF (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros) que congrega o Banco de Portugal, a CMVM e o ISP, identificando as matérias que irão ser objecto de supervisão conjunta, de que realçamos as questões relacionadas com a adesão individual a fundos de pensões abertos, matéria em que passa a ficar a cargo da CMVM a supervisão comportamental conforme o Regulamento da CMVM nº 8/2007, nomeadamente a existência de um prospecto simplificado, a fixação das regras de informação nas acções publicitárias e a definição das regras sobre a comercialização.

Em seguimento à publicação do Decreto-Lei 12/2006, o ISP produziu disciplina normativa (i) versando a estrutura de governação dos fundos de pensões, no sentido destas estruturas privilegiarem o reforço da qualificação e da independência (ii) regulamentando a "Comissão de Acompanhamento" e a figura do Provedor (iii) adoptando as melhores práticas internacionais no que concerne a política de investimento dos fundos e a composição e avaliação dos activos.

No âmbito da segurança social, cuja regulamentação e perspectivas são de primordial importância para o enquadramento e desenvolvimento da actividade dos fundos de pensões, na sequência dos princípios gerais acordados em 2006, no Acordo de Consertação Social celebrado entre o governo e os parceiros sociais, verificou-se a publicação de um importante conjunto de legislação:

- o Decreto Lei 53-B/ 2006 de 29 de Dezembro, que procede à substituição do referencial do Salário Mínimo Nacional pelo IAS (Indexante de Apoios Sociais) na determinação das pensões e respectivas actualizações anuais e predeterminação dos coeficientes de actualização de forma regressiva em função do nível salarial e da taxa de crescimento do PIB, tornando estas actualizações independentes da fase do ciclo político;
- a Nova Lei de bases da Segurança Social - Lei 4/2007, de 16 de Janeiro, que prepara a regulamentação posterior, concretizada pelo Decreto-Lei 187/2007, de 10 de Maio, que regulamenta o regime de protecção nas eventualidades de invalidez e velhice do Regime Geral da Segurança Social e que introduz novos conceitos e regras, tais como o factor de sustentabilidade, a aceleração do período de passagem à nova forma de cálculo de pensões, a flexibilidade da idade da reforma, a proibição da acumulação de pensões antecipadas com outro tipo de situações, fixação de um valor máximo de pensões igual a 12 vezes o IAS para a parcela da pensão que resultar da aplicação da antiga fórmula de cálculo, a distinção, no regime da protecção social na invalidez, entre a invalidez relativa e a invalidez absoluta e os incentivos ao envelhecimento activo.

No final do ano de 2007, foi ainda aprovado em Conselho de Ministros a regulamentação de um regime complementar de natureza publica de contas individuais de contribuição definida, financiado por contribuições voluntárias e gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, que funcionará, assim, em concorrência com os operadores privados.

No que respeita a benefícios fiscais, o Orçamento de Estado para 2007 apresenta poucas novidades, destacando-se, de forma positiva, a redução de 20% para 15% sobre a parte a tributar nas rendas cujo pagamento é realizado pelo próprio ou já foi objecto de tributação em IRS e a inclusão, no artº 40º do IRC, da possibilidade de aceitação das contribuições como custo fiscal quando existirem numa mesma

empresa diferentes planos de pensões, desde que tal diferenciação resulte de processos de reestruturação empresarial

No ano de 2007, o mercado português dos fundos de pensões evidenciou um crescimento aproximado de 5,4%, tendo o volume total de activos totalizado cerca de 22.295 milhões de euros.

Os fundos de pensões abertos, excluindo os PPR, PPR/E e PPA, com uma variação de 11% registaram o maior crescimento. Os fundos de pensões fechados cresceram de 5,2% e finalmente os fundos PPR e PPR/E apenas apresentaram um crescimento de 3,5%.

A estimativa da rendibilidade média do mercado situou-se em torno dos 3,3%.

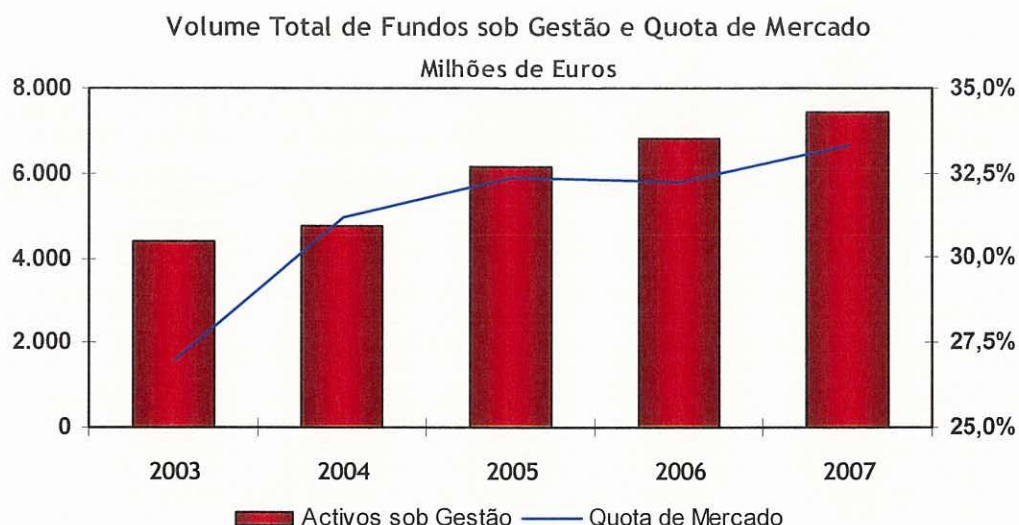
6.3. ACTIVIDADE DA PENSÕESGERE

6.3.1. Linhas gerais de evolução

A Millenniumbcp Fortis opera no mercado de fundos de pensões através da sociedade gestora PENSÕESGERE, baseando a sua actividade na qualidade da informação prestada e no acompanhamento permanente e resposta atempada às solicitações dos seus Clientes, tendo em 2007 reforçado a sua posição de liderança através da conquista de cerca 1% de quota de mercado.

Em resultado da sua actuação, a Pensõesgere demonstrou em 2007 um desempenho comercial positivo ao evidenciar um crescimento de 9,1% nos activos sob gestão o qual foi superior à evolução média do mercado que se situou em 5,4%, permitindo-lhe alcançar uma quota de mercado de 33,3%.

14.



Numa filosofia integrada de aproveitamento das sinergias do Grupo, a Pensões gere intensificou o relacionamento com as redes bancárias - Corporate e Empresas - através de acções concertadas de promoção de negócios na área de "Employee Benefits".

No decorrer do exercício em análise, foram lançadas várias iniciativas para o desenvolvimento das ferramentas informáticas específicas da Pensões gere com o objectivo de melhorar a produtividade e qualidade do trabalho, bem como para permitir responder à crescente quantidade de informação a fornecer aos Participantes e Beneficiários dos fundos de pensões. Estes processos têm tido também reflexos na melhoria da informação a prestar através de acesso personalizado na Internet.

Realizaram-se também um conjunto de iniciativas nas áreas de gestão de risco operacional em que a Pensões gere foi pioneira no âmbito das empresas do Grupo Millenniumbcp Fortis:

- Projecto de Controlo Interno em que, com a coordenação de um consultor externo, as várias tarefas foram minuciosamente analisadas, tendo-se apresentado em conclusão várias proposta de melhoria;

- Preparação do Plano de Recuperação do Negócio para ser posto em prática numa situação de crise. Para além das várias iterações que este processo sofreu e que permitiram o seu aperfeiçoamento foi ainda realizado um exercício de recuperação de negócio. Neste exercício, que decorreu na sequência de um teste de evacuação do Edifício, foram testadas as medidas previstas no Plano de Recuperação do Negócio para os primeiros dois dias de actividade após o incidente. Através deste teste obteve-se um reforço da sensibilização dos colaboradores e um conjunto de ensinamento que permitiram aperfeiçoar o Plano de Recuperação do Negócio da Pensõesgere;
- Auditoria Interna aos processos subscrição e de gestão técnica do negócio, em que para além de algumas recomendações de melhoria se constatou a boa adequação da Pensõesgere ao seu papel de líder no mercado dos fundos de pensões.

Para consolidar o posicionamento de mercado da Pensõesgere, e apesar de ter externalizada a função de gestão de investimentos, foi iniciado o processo de análise e ajustamento e de verificação para a Pensõesgere passar a ser identificada no mercado como "GIPS Compliant" (Global Investment Performance Standards), processo que se conta concluir no primeiro trimestre de 2008.

6.3.2. Gestão de planos de benefícios para empresas

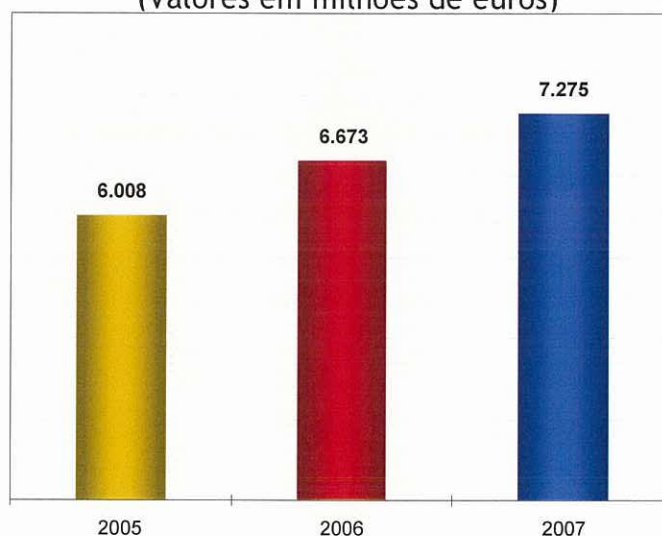
No final de 2007, O volume total de activos geridos, repartidos por 34 fundos fechados, 4 fundos Abertos e 5 fundos abertos PPR, atingiu 7 428 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 612 milhões de euros face a 2006, o que representa um crescimento de 9%.

O total dos 34 fundos fechados totalizou 7.275 milhões de euros, a que correspondeu a um acréscimo de 601,5 milhões de euros, o qual foi quase integralmente obtido

pelos fundos de pensões fechados excluindo o do Grupo BCP que registaram em 2007 um crescimento de 52,13%.

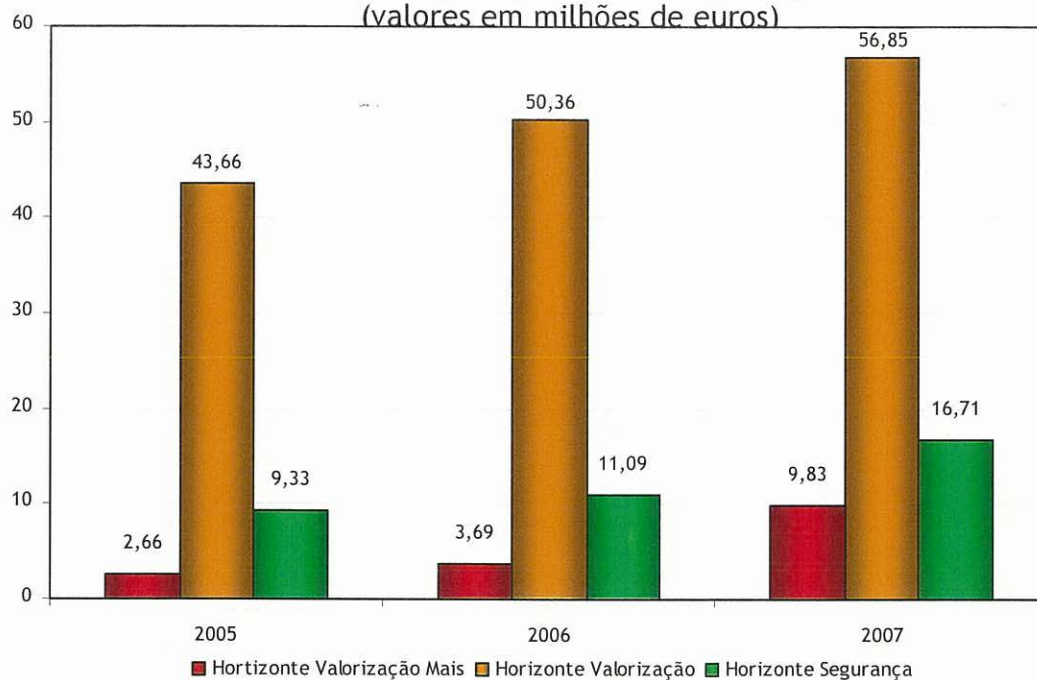
Merece destaque o processo de consolidação do fundo de pensões do grupo EDP através de uma única entidade gestora, a Pensõesgere. Para além do reforço de notoriedade e da dimensão medido através da conquista de quota de mercado, o novo modelo de gestão deste fundo de pensões, que envolve a coordenação da actividade de 10 gestoras de investimentos, nacionais e internacionais, veio reforçar a capacidade de intervenção da Pensõesgere num mercado cada vez mais complexo e exigente.

Carteira Global de fundos de Pensões Fechados
(Valores em milhões de euros)



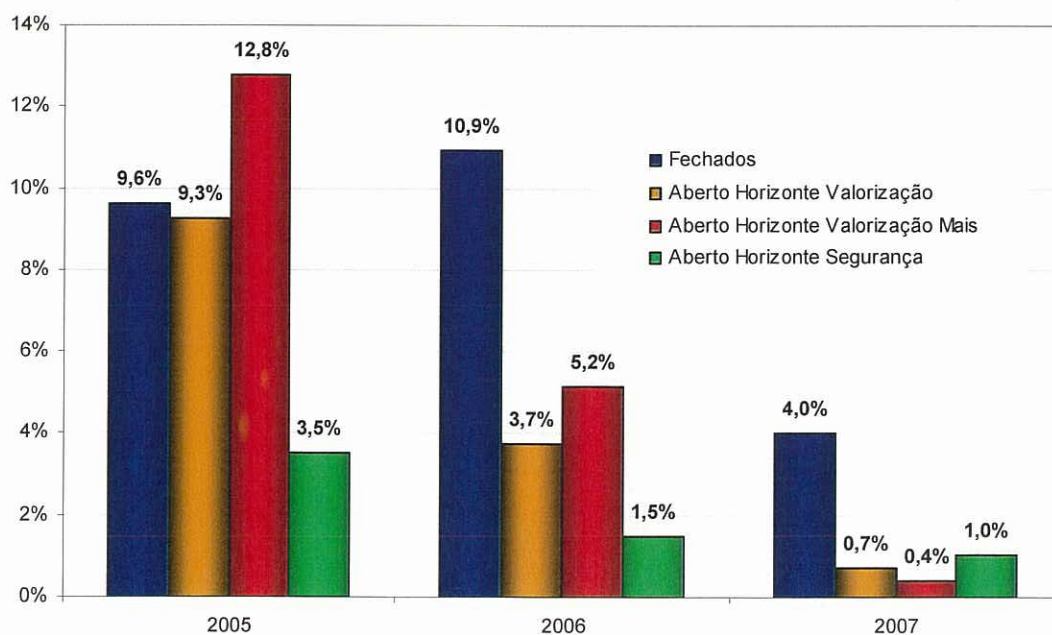
Quanto aos fundos abertos o volume de activos sob gestão situou-se em 85,7 milhões de euros, o que representa um crescimento de 27%, o qual foi superior à média do mercado neste fundos que foi de 11%. Tal evolução positiva ficou a dever-se à adesão de novos Clientes e às contribuições efectuadas.

Valor dos Fundos de Pensões Abertos Horizonte Valorização Mais, Horizonte Valorização e Horizonte Segurança (valores em milhões de euros)



Para além de um fundo aberto sectorial, a Pensões gere mantém a oferta dos fundos abertos com perfis de riscos diferenciados, permitindo aos associados a escolha adequada ao financiamento dos seus planos de pensões, em função com o prazo das responsabilidades.

Taxas de Rendibilidade Anuais dos Fundos de Pensões/Empresas

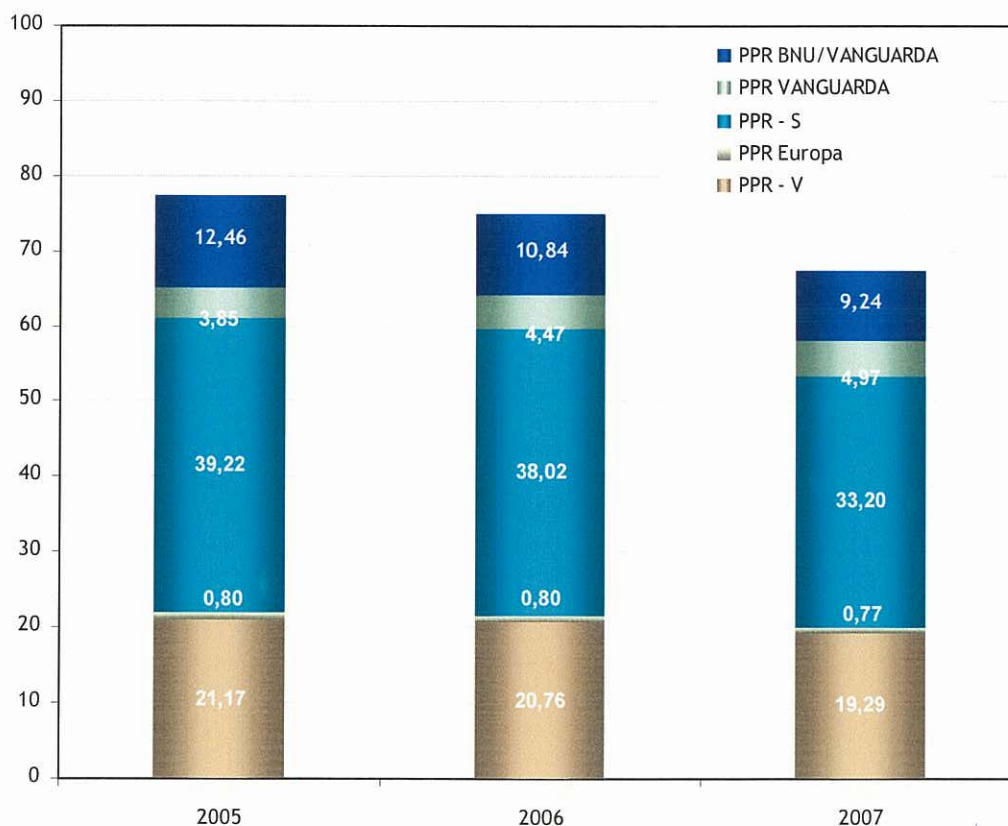


A forte instabilidade nos mercados financeiros, registada a partir do verão de 2007, teve como consequência uma redução generalizada das taxas de rendibilidade dos fundos de pensões.

6.3.3. Planos de Poupança Reforma

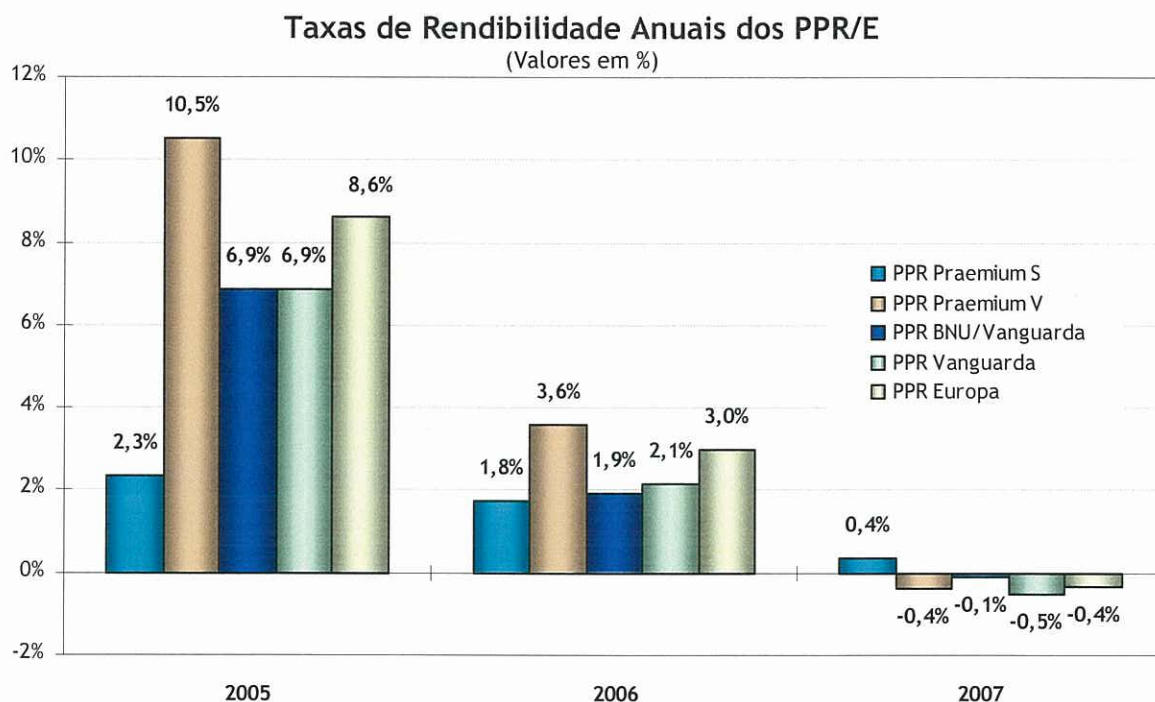
No que diz respeito aos fundos PPR, o valor sob gestão no final de 2007 atingiu 67,5 milhões de euros, sendo inferior em 7,4 milhões de euros quando comparado com o valor de 2006. Este decréscimo resulta do facto de presentemente a Pensões gere não ter qualquer protocolo de comercialização activa com redes de distribuição de retalho, como aconteceu no passado.

Carteira Global PPR/E
(Valores em milhões de euros)



A Pensões gere mantém uma oferta diversificada de PPR, que é composta pelos seguintes fundos: Præmium S, Præmium V, BNU Vanguarda, Vanguarda e Europa.

Os fundos BNU Vanguarda, Vanguarda e Europa apresentam um perfil de risco intermédio. O Præmium S não investe em acções, enquanto o Præmium V tem uma exposição a acções mais elevada.



6.4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

O volume total de activos sob gestão, no final de 2007, atingiu 7 428 milhares de euros, correspondendo a um acréscimo de 9% face ao ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se ao desempenho favorável da actividade, nomeadamente à entrada por transferência de novo negócio e às contribuições efectuadas.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços registaram uma evolução negativa de -0,95% em resultado da captação de negócio com um nível de comissionamento marginalmente inferior à média da carteira.

No entanto, os proveitos totais evidenciaram um crescimento de 4,28%, reflectindo um acréscimo significativo tanto nos proveitos financeiros como nos proveitos extraordinários.

Os proveitos financeiro cresceram 35,7%, como resultado do crescimento dos valores aplicados em depósitos a prazo e à subida das taxas de juro. Quanto aos proveito extraordinários estes tiveram um crescimento de 284,6% devido à realização de mais valias em acções na carteira da sociedade e à anulação de provisões.

Os resultados líquidos do exercício atingiram 5 841,9 milhares de euros contra 5 732,4 milhares de euros em 2006, representando um ligeiro acréscimo de 1,91%.

A rentabilidade média dos capitais, apesar de ter registado uma redução em comparação com o ano de 2006, continuou a apresentar um valor muito interessante com um nível de rentabilidade de 40,17%.

Os capitais próprios totalizaram, em 31 de Dezembro de 2007, 14 990,6 milhares de euros e a margem de solvência apresentou um nível de cobertura de 184,8%.

6.5. PERSPECTIVAS PARA 2008

A Pensões gere dedicará particular atenção às oportunidades de negócio criadas com a legislação recentemente aprovada no âmbito da segurança social que, ao introduzir medidas de racionalização na atribuição de benefícios, tornará cada mais necessária a existência de esquemas complementares de reforma que contribuam para a recuperação de poder de compra no período de reforma.

Para atingir os objectivos traçados, para além da preocupação com a modernização das ferramentas informáticas, a Pensões gere irá continuar a proporcionar aos seus

Colaboradores acções de formação preparando a Empresa para responder aos desafios colocados pelo mercado.

A nova regulamentação publicada e a publicar pelo ISP e pela CMVM irão exigir um reforço das preocupações em matérias organizacionais, controlo interno e de relacionamento com os clientes, às quais iremos dedicar especial atenção.

6.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido de impostos da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. foi de Euros 5.841.924,79 (cinco milhões oitocentos e quarenta e um mil novecentos e vinte e quatro euros e setenta e nove cêntimos).

Em reunião do Conselho de Administração de 30 de Outubro de 2007, foi deliberada a distribuição aos accionistas da importância de Euros 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil euros), por adiantamento sobre lucros do exercício.

Assim, do montante disponível de Euros 3.741.924,79 (três milhões setecentos e quarenta e um mil novecentos e vinte e quatro euros e setenta e nove cêntimos), considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do nº. 1 do artigo 376º. do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

- Euros 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil euros) para dividendos a distribuir;
- Euros 941.924,79 (novecentos e quarenta e um mil novecentos e vinte e quatro euros e setenta e nove cêntimos) para resultados transitados.

6.7. REFERÊNCIAS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para os resultados alcançados:

- Aos Clientes pela confiança que continuaram a demonstrar.
- Às Redes Bancárias pela forte motivação comercial manifestada.
- Aos Colaboradores que, com entusiasmo, participaram com a sua contribuição e esforço.
- Ao Instituto de Seguros de Portugal e à Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, por todo o apoio que nos prestaram.
- Aos Senhores Accionistas pela compreensão, apoio e confiança sempre manifestados.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração



Nelson Raulo Ben Veth